MÓNICA LOPES MARTINS DA SILVA
Assinado de forma digital por MÓNICA LOPES MARTINS DA SILVA
Dados: 2020.07.20 19:01:02 +01'00'

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PUBLICO PROJETO, FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE DIVERSAS UNIDADES DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE FONTE FOTOVOLTAICA PARA AUTOCONSUMO

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES INICIAIS

Cláusula 1.ª (Objeto)

Cláusula 2.ª (Disposições por que se rege a empreitada)

Cláusula 3.ª (Interpretação dos documentos que regem a empreitada)

Cláusula 4.ª (Esclarecimento de dúvidas)

CAPÍTULO II – CONCEÇÃO E PROJETO DE EXECUÇÃO

Cláusula 5.ª (Projeto)

Cláusula 5.ª - A (Autoria dos projetos)

Cláusula 5.ª – B (Obrigações principais)

Cláusula 5.ª - C (Licenciamento)

Cláusula 5.ª - D (Erros e omissões do projeto)

Cláusula 5.º - E (Acompanhamento da fase de projeto)

Cláusula 5.ª - F (Direito de acesso)

Cláusula 5.ª - G (Sigilo)

Cláusula 5.ª - H (Prazo do dever de sigilo)

Cláusula 5.ª - I (Propriedade Intelectual e direitos de autor)

Cláusula 5.ª - J (Prazo para a conclusão do projeto de execução)

Cláusula 5.ª - K (Arquivo)

CAPÍTULO III – OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO – EXECUÇÃO DA EMPREITADA

SECÇÃO I - PREPARAÇÃO E PLANEAMENTO DOS TRABALHOS

Cláusula 6.ª (Local de execução da obra)

Cláusula 7.ª (Preparação e planeamento da execução da obra)

Cláusula 8.ª (Plano de trabalhos ajustado)

Cláusula 9.ª (Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos)

Cláusula 10.ª (Consignação da obra)

SECÇÃO II - PRAZOS DE EXECUÇÃO

Cláusula 11.º (Prazo de execução da empreitada)

Cláusula 12.º (Prorrogação do prazo de execução da empreitada)

Cláusula 13.ª (Cumprimento do plano de trabalhos)

Cláusula 14.ª (Multas por violação dos prazos contratuais)

Cláusula 15.ª (Incumprimento do plano de trabalhos)

Cláusula 16.ª (Atos e direitos de terceiros)

SECÇÃO III - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA

Cláusula 17.ª (Condições gerais de execução dos trabalhos)

Cláusula 18.ª (Menções obrigatórias no local dos trabalhos)

Cláusula 19.ª (Ensaios)

Cláusula 20.ª (Medições)

Cláusula 21.ª (Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados)

Cláusula 22.ª (Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra)

Cláusula 23.ª (Outros encargos do empreiteiro)

Cláusula 24.ª (Custos de fiscalização)

SECÇÃO IV - PESSOAL

Cláusula 25.ª (Obrigações gerais)

Cláusula 26.º (Horário de trabalho)

Cláusula 27.ª (Segurança, higiene e saúde no trabalho)

SECÇÃO V – SEGUROS

Cláusula 28.ª (Contratos de seguro)

Cláusula 29.ª (Outros sinistros)

CAPÍTULO IV – EXECUÇÃO DAS PRESTAÇÕES OBJETO DO CONTRATO - MANUTENÇÃO

Cláusula 30.ª (Serviços de manutenção preventiva)

Cláusula 31.ª (Obras de manutenção e beneficiação das instalações)

Cláusula 32.ª (Procedimento de adjudicação)

Cláusula 33.ª (Celebração do contrato)

Cláusula 34.ª (Exercício do direito de opção relativo ao objeto do contrato)

Cláusula 35.ª (Limite ao exercício do direito de opção)

CAPÍTULO V - REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 36.ª (Preço e condições de pagamento)

Cláusula 37.ª (Adiantamentos ao empreiteiro)

Cláusula 38.ª (Descontos nos pagamentos)

Cláusula 39.ª (Mora no pagamento)

Cláusula 40.ª (Revisão de preços)

CAPÍTULO VI - REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 41.ª (Representação do empreiteiro)

Cláusula 42.ª (Representação do dono da obra)

Cláusula 43.ª (Livro de registo da obra)

CAPÍTULO VII - RECEÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA OBRA

Cláusula 44.ª (Receção provisória)

Cláusula 45.ª (Receção definitiva)

Cláusula 46.ª (Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução)

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 47.ª (Deveres de informação)

Cláusula 48.ª (Subcontratação)

Cláusula 49.ª (Cessão da posição contratual)

Cláusula 50ª (Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)

Cláusula 51.ª (Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais)

Cláusula 52.ª (Cessão de créditos)

Cláusula 53.ª (Resolução do contrato pelo dono da obra)

Cláusula 54.ª (Resolução do contrato pelo empreiteiro)

Cláusula 55.ª (Foro competente)

Cláusula 56.ª (Comunicações e notificações)

Cláusula 57.º (Legislação aplicável)

Cláusula 58.ª (Contagem dos prazos)

Cláusula 59.ª (Produção de efeitos)

ANEXOS AO CADERNO DE ENCARGOS

Anexo I – Disposições Técnicas.

Capítulo I - Disposições Iniciais

Cláusula 1.ª

(Objeto)

1.- O concurso tem por objeto a escolha do cocontratante da entidade adjudicante para a execução do contrato de *«Projeto, fornecimento, instalação e manutenção de diversas Unidades de Produção de Energia Elétrica de fonte fotovoltaica para Autoconsumo»*.

2.- A execução do contrato compreende ainda a contratação da execução, durante 10 anos, do plano de Monitorização, Operação e Manutenção (O&M) definido para o sistema a instalar.

3.- A execução do contrato compreende ainda a garantia de produção por 10 anos, sendo que cada UPAC deverá ter uma produção de, pelo menos, 95% da produção anual estimada, de acordo com o P.R. (Performance Ratio) apresentado para o 1º ano em relatório PVSYST ou PVSOL.

4.- A execução do contrato compreende ainda uma garantia global de 10 anos, que incluí os módulos fotovoltaicos, inversores, estruturas e instalação para além dos restantes equipamentos e acessórios.

5.- Os trabalhos de substituição ou de reparação de componentes (manutenção corretiva – Obras de manutenção e beneficiação) materializam-se em contratos de opção de empreitadas de obras públicas a celebrar ao abrigo do contrato de manutenção, de acordo com o regime previsto no artigo 257.º e seguintes do *Código dos Contratos Públicos*.

6.- Os trabalhos de manutenção de caráter preventivo indicados no ANEXO A descrevem algumas das tarefas mínimas de rotina a desenvolver pelo adjudicatário, em periodicidade adequada aos regimes de serviço contratados (visita de manutenção mínima de uma vez por ano), de forma a garantir o cumprimento da obrigação prevista no n.º 3 do presente artigo.

7. Os edifícios incluídos no objeto do contrato são os seguintes:

Nº	Designação da UPAC	Potência de pico referência (kWp)
1	Batalhão dos Bombeiros Sapadores do Porto	189,40
2	Domus Social – Oficinas Gerais	264,74
3	Polícia Municipal do Porto	13,64
4	Escola Básica Alegria	17,05
5	Escola Básica Augusto Lessa	35,96
6	Escola Básica Bom Pastor	22,63
7	Escola Básica Castelos	17,05
8	Escola Básica Constituição	8,99
9	Escola Básica Costa Cabral	22,94
10	Escola Básica Fernão Magalhães	22,32

11	Escola Básica Fontinha	16,74
12	Escola Básica Paulo da Gama	22,63
13	Escola Básica S. João da Foz	17,05
14	Escola Básica S. Tomé	22,94
15	Escola Básica Torrinha	34,1
16	Escola Básica Corujeira	17,67
17	Escola Básica Falcão	16,74
18	Escola Básica Fonte da Moura	22,63
19	Escola Básica Lomba	13,95
20	Escola Básica Viso	17,05
21	Escola Básica Bom Sucesso	18
22	Escola Básica Campinas	18
23	Escola Básica Condominhas	13
24	Escola Básica Monte Aventino	14
25	Escola Básica da Vilarinha	14
26	Escola Básica Miosótis	17,05
27	Escola Básica Pasteleira	13,95
28	Escola Básica Covelo	17,36
29	Viveiros Municipais	20
	Total	961,58

8.- O objeto do contrato compreende, nos termos das condições técnicas do caderno de encargos, as seguintes atividades:

a) Preparação, planeamento, coordenação, execução e controle de todos os trabalhos de conceção e elaboração do projeto de execução, incluindo o respetivo licenciamento;
b) Preparação, planeamento, coordenação e execução de todos os trabalhos de construção da obra;
c) Fornecimento e montagem do sistema de produção de energia elétrica de fonte fotovoltaica para autoconsumo;
d) Todos os trabalhos, fornecimentos, transportes e demais prestações necessárias à realização do objeto do contrato, incluindo as reparações e substituições devidas durante o prazo de operação, manutenção e garantia da obra.

Cláusula 2.ª

(Disposições por que se rege a empreitada)

1 - A execução do contrato obedece:

a) Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
b) Ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (*Código dos Contratos Públicos);*

c) Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e respetiva legislação complementar;
d) Ao Decreto-Lei n.º 162/2019, de 25 de outubro, e respetiva legislação e regulamentar complementar;
e) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
f) Às regras da arte.

2 - Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato:

a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos* e aceites pelo empreiteiro nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;
b) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 61.º do *Código dos Contratos Públicos*;
c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
d) O caderno de encargos;
e) O programa onde estão definidos os objetivos, características orgânicas e funcionais e condicionamentos financeiros da obra, bem como os respetivos custos e prazos de execução;
f) A proposta adjudicada;
g) O projeto de execução a ser elaborado pelo empreiteiro, que constitui aspeto da execução do contrato a celebrar, uma vez que a complexidade técnica muito própria e específica do processo construtivo exige a especial ligação do adjudicatário à conceção da instalação a realizar, nos termos previsto no n.º 3 do artigo 43.º do *Código dos Contratos Públicos*;
h) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo empreiteiro;
i) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos

Cláusula 3.ª

(Interpretação dos documentos que regem a empreitada)

1 - No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas b) a h) do n.º 2 da cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.

2 - Em caso de divergência entre o caderno de encargos e o projeto de execução a ser elaborado pelo empreiteiro, prevalece o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e

técnicas de execução da empreitada e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra.

3 - No caso de divergência entre as várias peças do projeto de execução a realizar pelo empreiteiro:

a) As peças desenhadas prevalecem sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes;
b) As folhas de medições discriminadas e referenciadas e os respetivos mapas resumo de quantidades de trabalhos prevalecem sobre quaisquer outras no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos, sem prejuízo do disposto nos artigos 50.º e 61.º do *Código dos Contratos Públicos*;
c) Em tudo o mais prevalece o que constar da memória descritiva e das restantes peças do projeto de execução.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a h) do n.º 2 da cláusula anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos* e aceites pelo empreiteiro nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo código.

5 - Consideram-se não escritos os termos e condições constantes da proposta não admitidas por este caderno de encargos e que possam não ter sido detetadas em fase de formação do contrato, sempre que o regulamento do procedimento não tenha admitido a apresentação de propostas variantes.

Cláusula 4.ª

(Esclarecimento de dúvidas)

1 – As dúvidas que o empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas ao diretor de fiscalização da obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.

2 – O empreiteiro deverá transmitir por escrito ao dono da obra, com a antecedência mínima de 8 (oito) dias em relação ao início programado para a execução de qualquer atividade incluída no âmbito da empreitada, quaisquer dúvidas suscitadas na interpretação dos documentos por que essa(s) atividade(s) se rege(m).

3 – O empreiteiro não poderá, relativamente a dúvidas na interpretação dos documentos que devesse ter suscitado nos termos do número anterior, arguir a sua existência como causa de exclusão da responsabilidade, tornando-se responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura tenha feito, incluindo, quando for o caso, a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido.

4 - No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o empreiteiro submetê-las imediatamente ao diretor de fiscalização da

obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.

Capítulo II – Conceção e projeto de execução

Cláusula 5.ª
(Projeto)

1 – O empreiteiro assume a inteira responsabilidade pela **conceção da solução e definição da obra de instalação e manutenção de diversas unidades de produção de energia elétrica de fonte fotovoltaica para autoconsumo em edifícios do Município do Porto**, nos termos previstos no programa, e no presente caderno de encargos e em concretização do estudo prévio que integrou a respetiva proposta.

2 – O empreiteiro elaborará, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 43.º do *Código dos Contratos Públicos* e da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, o projeto de execução, compreendendo todas as peças escritas e desenhadas, estudos e desenhos, bem como estudos auxiliares e de apoio legalmente exigidos e que, em função das características específicas da obra, se mostrem imprescindíveis para a sua perfeita e cabal definição e execução.

3 – Os projetos e demais estudos referidos no número anterior deverão satisfazer as regras gerais relativas à qualidade, segurança, comodidade e economia dos futuros utentes das obras, sem descurar os aspetos da integração ambiental e urbanística.

Cláusula 5.ª - A
(Autoria dos projetos)

1 – O empreiteiro deverá ser uma entidade instaladora e afetará à elaboração dos projetos e demais estudos identificados na cláusula 5.ª deste caderno de encargos os técnicos designados na sua proposta para a **«equipa de projeto»**, titulares de habilitações académicas, profissionais e técnicas adequadas para a realização dos projetos para que estão designados, no respeito do disposto no artigo 10.º Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, compreendendo as competências seguintes:

a) Engenheiro Eletrotécnico;
b) Engenheiro Técnico de Energia e Sistemas de Potencias;

2 – O empreiteiro apresentará um seguro de responsabilidade civil que garanta, perante o dono da obra, as responsabilidades associadas à elaboração de projetos, nos termos previstos no artigo 24.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.

Cláusula 5.ª – B

(Obrigações principais)

1 – Constituem obrigações principais do empreiteiro, enquanto responsável pela elaboração do projeto de execução:

a) Obrigação de elaborar os projetos identificados no n.º 2 da cláusula 5.ª deste caderno de encargos;
b) Obrigação de elaborar as medições e orçamento, com mapa de trabalhos e quantidades;
c) Obrigação de harmonizar e compatibilizar os projetos das especialidades entre si e de forma e eliminar quaisquer erros ou omissões suscetíveis de se refletirem, enquanto tal, em sede de execução dos trabalhos de empreitada;
d) Obrigação de conformar e compatibilizar os projetos com o quadro legal aplicável e às normas técnicas e diretivas emitidas pelas diferentes entidades que terão de ser chamadas a pronunciar-se, seja em sede de licenciamento, seja por parecer;
e) Obrigação de elaborar os estudos geológicos, geotécnicos e topográficos indispensáveis à definição dos projetos;
f) Obrigação de elaborar as condições técnicas indispensáveis à concretização em obra do projeto de execução;
g) Obrigação de instruir, requerer e obter os pareceres, autorizações e licenciamentos necessários à execução da obra;
h) Obrigação de prestar apoio e assistência técnica, ao longo da execução do contrato, na interpretação do projeto, tanto ao dono da obra, como aos seus representes, designadamente a fiscalização, a revisão do projeto;
i) Obrigação de elaborar o plano de segurança e saúde em fase de projeto, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;
j) Obrigação de elaboração do plano de prevenção de gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável;
k) Obrigação de consultar, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 60.º do *Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos*, os eventuais titulares de direitos de autor, informando-os das alterações a introduzir na obra;
l) Colaborar nas ações realizadas pelas entidades responsáveis por vistorias, auditorias ou fiscalizações;
m) Contribuir para a melhoria das características técnicas das infraestruturas, elaborando os projetos de acordo com o estado da arte.

2 – A título acessório, o empreiteiro fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à elaboração do projeto.

3 – Todas as prestações indicadas nos números anteriores encontram-se adequadamente remuneradas pela proposta apresentada pelo empreiteiro.

Cláusula 5.ª - C

(Licenciamento)

1 – O empreiteiro fica obrigado a elaborar, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º e do artigo 18.º da Portaria 701-H/2008, de 29 de julho, os documentos como a necessária e suficiente definição e dimensionamento da obra, bem como o modo da sua execução, acompanhados de toda a documentação a ser presente às entidades licenciadoras competentes, bem como a obter todos os pareceres necessários.

2.- Para efeitos de licenciamento, a documentação deverá conter todos os elementos necessários a apresentar às entidades competentes nos moldes em que estas o exijam, para o que o dono da obra assinará e entregará a documentação que se lhe refira e seja necessária à instrução dos procedimentos.

3.- O empreiteiro será responsável pela entrega e acompanhamento dos projetos nas entidades licenciadoras e pela apresentação dos mesmos ao dono da obra devidamente licenciados.

Cláusula 5.ª - D

(Erros e omissões do projeto)

1 – O empreiteiro tem obrigação de corrigir todos os erros e omissões do projeto de execução, estudos de apoio e da lista de trabalhos e quantidades, sendo da sua exclusiva responsabilidade todos os custos financeiros daí decorrentes, bem como os encargos envolvidos.

2 – A eventual revisão dos projetos pelo dono da obra, ou por terceiro por este contratado, não desonera o empreiteiro das responsabilidades contratuais que lhe caibam por erros e omissões do projeto em sede de contratação e execução da respetiva empreitada.

Cláusula 5.º - E

(Acompanhamento da fase de projeto)

1 - Para o acompanhamento da execução do contrato, o empreiteiro fica obrigado a manter, com uma periodicidade semanal, reuniões de coordenação com os representantes do dono da obra, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.

2 - O empreiteiro designará, ele próprio, um coordenador, que assumirá a função de «coordenador do projeto», nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 8.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.

3 - As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do coordenador do empreiteiro, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.

4 - O empreiteiro fica também obrigado a apresentar ao dono da obra, com uma periodicidade mensal, um relatório com a descrição do desenvolvimento do projeto e com o cumprimento de todas as obrigações que, para esse efeito, resultam do contrato.

5 - Todos os Relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo empreiteiro devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 5.ª - F

(Direito de acesso)

1 - O empreiteiro deverá facilitar aos representantes do dono da obra ou a auditores por este indicados visitas e verificações de qualquer parte dos trabalhos em curso, assim como todos os meios necessários para o desempenho das suas funções de acompanhamento e supervisão.

2 - O empreiteiro, se assim for solicitado, deverá acompanhar os visitantes designados pelo dono da obra, os quais terão livre acesso a todas as dependências e locais onde se desenvolva o projeto de execução.

3 - O acompanhamento e supervisão dos serviços pelo dono da obra não implica, em caso algum, a diminuição ou exoneração de qualquer das responsabilidades do empreiteiro.

Cláusula 5.ª - G

(Sigilo)

1 - O empreiteiro guardará sigilo, e garantirá que semelhante obrigação é cumprida pelos seus colaboradores ou subcontratados, quanto ao objeto do contrato, pelo que não comunicará ou divulgará a terceiros, sem expresso consentimento do dono da obra, qualquer informação, técnica e não técnica, comercial, elementos, estudos ou resultados relacionados com a sua prestação ou com a atividade e o funcionamento do dono da obra.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo empreiteiro ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4 - A utilização, pelo empreiteiro, de informações obtidas para fins diversos daqueles que constituem objeto do contrato, fazem incorrer em responsabilidade civil e, como tal, constitui-se na obrigação de indemnizar o contraente público pelos prejuízos por este sofridos.

Cláusula 5.ª - H

(Prazo do dever de sigilo)

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 5.ª - I

(Propriedade Intelectual e direitos de autor)

1 - Os autores dos projetos, enquanto criadores da sua conceção global e dos respetivos suportes escritos e desenhados, são os técnicos do empreiteiro, pelo que lhes caberá assinar todas as peças daquele, subscrevendo as declarações e os termos de responsabilidade.

2 - Uma vez apresentados, todos os estudos e projetos elaborados pelo empreiteiro, no âmbito da execução do contrato, são propriedade do dono da obra que, dessa forma, adquire o conteúdo patrimonial dos respetivos direitos de autor.

3 - Do mesmo modo, são transferidos para o dono da obra, definitiva e incondicionalmente, os direitos que o empreiteiro tenha adquirido a entidades subcontratadas.

4 - Sem prejuízo da transmissão para o dono da obra do caráter patrimonial dos direitos de autor, os autores dos projetos gozam dos direitos morais sobre os respetivos projetos, designadamente o direito de reivindicar a respetiva paternidade e assegurar a sua genuinidade e integridade.

5 - Sem prejuízo dos direitos conexos de que possam ser titulares, as pessoas singulares ou coletivas intervenientes, seja a título de colaboradores, agentes técnicos, desenhadores, construtores ou outro semelhante na produção e divulgação dos projetos não poderão invocar, relativamente a esta, quaisquer poderes incluídos no direito de autor, devendo disso mesmo ficar cientes.

6.- Pela transmissão dos direitos prevista no presente artigo não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

Cláusula 5.ª - J

(Prazo para a conclusão do projeto de execução)

1 – O empreiteiro obriga-se a concluir a documentação indispensável à instrução do requerimento de licenciamento e a submetê-lo às entidades competentes no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da outorga do contrato.

2 – O empreiteiro obriga-se a concluir a elaboração do projeto de execução e todos os demais elementos definidores da solução da obra, entre eles o Plano de Segurança e Saúde e o Plano de Gestão de Resíduos, e submetê-lo à aprovação do dono da obra no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação da decisão final das entidades referidas no número anterior.

3 - O dono da obra pronunciar-se-á sobre o projeto de execução no prazo máximo de 10 (dez) dias após a sua apresentação formal pelo empreiteiro.

4 – Os prazos indicados nos n.ºs 1 e 2 da presente cláusula constituem prazos parciais vinculativos para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 403.º do *Código dos Contratos Públicos*, autorizando o dono da obra a aplicar as sanções previstas no n.º 1 do identificado preceito legal.

5 – O indeferimento das licenças ou autorizações pelas entidades responsáveis, nos termos do disposto no n.º 1 do presente artigo, ou a emissão de pareceres que inviabilizem, por facto imputável ao empreiteiro, a elaboração do projeto de execução constitui incumprimento do prazo parcial vinculativo previsto no n.º 1.

6 – O cumprimento do disposto no n.º 2 da presente cláusula afere-se da suficiência dos elementos escritos e desenhados apresentados pelo empreiteiro e pela sua compatibilização com as autorizações emitidas pelas entidades competentes para a consignação da obra pelo dono da obra, nos termos previstos na cláusula 10.ª do presente caderno de encargos.

Cláusula 5.ª - K

(Arquivo)

1 – O empreiteiro disporá, a todo o tempo, em obra, de uma cópia completa das condições técnicas, dos desenhos e projetos devidamente aprovados, bem como de todos os desenhos e restantes elementos fornecidos pelo dono da obra, juntamente com as condições técnicas, instruções e especificações complementares que os acompanhem.

2 – O empreiteiro, até ao termo do prazo de execução contratual, entregará ao dono da obra uma coleção completa das telas finais e do manual de utilização dos equipamentos.

Capítulo III – Obrigações do Empreiteiro – Execução da Empreitada

Secção I - Preparação e Planeamento dos Trabalhos

Cláusula 6.ª

(Local de execução da obra)

1 - Os trabalhos de empreitada que constituem objeto do contrato serão executados na cidade do Porto, mais concretamente nos locais definidos nas peças do procedimento e em conformidade com o projeto de execução aprovado pelo dono da obra.

2 - A obra será executada em edifícios com atividade permanente, entre eles estão escolas e edifícios administrativos, razão pela qual o planeamento da obra e a sua gestão diária tomará em consideração as normais dificuldades e impedimentos decorrentes dessa circunstância.

Cláusula 7.ª

(Preparação e planeamento da execução da obra)

1 - O empreiteiro é responsável:

a) Perante o dono da obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;

b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea i) do n.º 6 da presente cláusula;

c) Perante terceiros pela segurança e policiamento da obra, implementação de medidas e condições de segurança no estaleiro e em toda a zona de implantação da obra, salvaguardando o público em geral.

2 – No cumprimento do disposto nas alíneas do número anterior, mais concretamente, da alínea a) e b), o empreiteiro, para efeitos de planeamento da obra e sua gestão diária, deverá ter em consideração as dificuldades e impedimentos normais decorrentes do circunstancialismo referido no n.º 2 da cláusula anterior.

3 – De igual modo, porque a obra poderá ser consignada em qualquer altura do ano, nos termos da cláusula 10.º, o empreiteiro, por prudência, na preparação e planeamento de todos os trabalhos necessários para a execução da empreitada, deverá acautelar e antecipar a possibilidade de os trabalhos poderem ser realizados em condições atmosféricas desfavoráveis, designadamente de pluviosidade.

4 - A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, competem ao empreiteiro.

5 - O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:

a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;

b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;

c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;

d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste.

6 - A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:

a) A apresentação pelo empreiteiro ao dono da obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;

b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo dono da obra;

c) O suprimento, pelo empreiteiro, dos erros ou omissões do projeto;

d) O estudo e definição pelo empreiteiro dos processos de construção a adotar na realização dos trabalhos;

e) A apresentação pelo empreiteiro dos desenhos de construção, pormenores de execução e elementos do projeto;

f) A elaboração e apresentação pelo empreiteiro do plano de trabalhos ajustado, no caso previsto no n.º 3 do artigo 361.º do *Código dos Contratos Públicos*;

g) A aprovação pelo dono da obra dos documentos referidos nas alíneas e) e f);

h) A elaboração de documento do qual conste o desenvolvimento prático do plano de segurança e saúde, devendo analisar, desenvolver e complementar as medidas aí previstas, em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados pelo empreiteiro.

i) Elaboração e Implementação de Plano de Gestão Ambiental.

Cláusula 8.ª

(Plano de trabalhos ajustado)

1 – No prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da celebração do contrato, o dono da obra pode apresentar ao empreiteiro um plano final de consignação, que densifique e concretize o plano inicialmente apresentado para efeitos de elaboração da proposta.

2 – No prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da consignação, ou da notificação do plano final de consignação, se for esse o caso, deve o empreiteiro apresentar o plano de trabalhos ajustado e o respetivo plano de pagamentos, observando na sua elaboração a metodologia fixada no presente caderno de encargos.

3 – O plano de trabalhos ajustado não pode implicar a alteração do preço contratual, nem a alteração do prazo de conclusão da obra nem ainda alterações aos prazos parciais definidos no plano de trabalhos constante do contrato, para além do que seja estritamente necessário à adaptação do plano de trabalhos ao plano final de consignação.

4 - O plano de trabalhos ajustado deve, nomeadamente:

a) Definir com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução

das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação;

b) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;

c) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;

d) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no presente caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.

5 - O plano de pagamentos deve conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos ajustado.

Cláusula 9.ª

(Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos)

1 - O dono da obra pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público.

2 – No caso previsto no número anterior, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato em função dos danos sofridos em consequência dessa modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação da mesma, que deve conter os elementos referidos no n.º 3 do artigo 354.º do *Código dos Contratos Públicos*.

3 - Sem prejuízo do número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o empreiteiro para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.

4 - Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.

5 - Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 373.º do *Código dos Contratos Públicos*, o dono da obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo empreiteiro ao abrigo dos nºs 3 e 4 da presente cláusula no prazo de 10 (dez) dias, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.

6 – Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores, o plano de trabalhos modificado apresentado pelo empreiteiro deve ser aceite pelo dono da obra desde que dele não resulte prejuízo para a obra ou prorrogação dos prazos de execução.

7 - Sempre que o plano de trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos.

Cláusula 10.ª

(Consignação da obra)

1.- Sem prejuízo do disposto no artigo 360.º do *Código dos Contratos Públicos*, a consignação da obra, que poderá ocorrer em qualquer altura do ano, será concluída no prazo máximo de 30 dias após a data da entrada em vigor do contrato, no caso de consignação total ou da primeira consignação parcial, nos termos do disposto no artigo 359.º do mesmo código.

2.- O dono da obra notificará o empreiteiro para a consignação da obra, nos termos do disposto no artigo 359.º do *Código dos Contratos Públicos*, com 5 (cinco) dias de antecedência do ato agendado.

Secção II - Prazos de Execução

Cláusula 11.º

(Prazo de execução da empreitada)

1 - O empreiteiro obriga-se a iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação ou ainda da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior.

2 - O prazo global para a conclusão integral dos trabalhos de empreitada é de **150** (**cento e cinquenta**) **dias** de calendário contados da data da assinatura do contrato, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo.

3 - No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis ao empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.

4 – A mora no cumprimento do prazo de execução da obra previsto no n.º 3, em medida igual a três meses, representa, para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos, o incumprimento definitivo do contrato.

5 – Em nenhum caso serão atribuídos prémios ao empreiteiro.

Cláusula 12.º

(Prorrogação do prazo de execução da empreitada)

1 – Para além dos casos expressamente previstos no *Código dos Contratos Públicos* ou no presente de caderno de encargos, só há lugar à prorrogação do prazo de execução da empreitada, a requerimento escrito e fundamentado do empreiteiro, se o dono da obra tiver dado causa à perturbação dos trabalhos ou ela decorra de facto, comprovadamente, não imputável ao empreiteiro, e se a mesma comprometer o normal desenvolvimento do plano de trabalhos.

2 – Se, no prazo de 10 (dez) dias a contar da receção do pedido de prorrogação de prazo de execução da obra, o dono da obra não se pronunciar expressamente, por escrito, sobre o mesmo, deve aquele considerar-se, para todos os efeitos, recusado.

Cláusula 13.ª

(Cumprimento do plano de trabalhos)

1 - O empreiteiro informa quinzenalmente o diretor de fiscalização da obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor, sempre com referência aos meios humanos e materiais que, no período em causa, estiveram efetivamente afetos aos trabalhos.

2 - Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o diretor de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.

3 - No caso de o empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no n.º 3 da cláusula 9.ª

Cláusula 14.ª

(Multas por violação dos prazos contratuais)

1 - Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1‰ do preço contratual.

2 – Em caso de incumprimento dos prazos parciais vinculativos de execução da obra, por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em montante correspondente a metade da estabelecida no número anterior e calculada pela mesma forma sobre o valor dos trabalhos em atraso.

3 – O dono da obra poderá aplicar as sanções contratuais previstas nos termos dos números anteriores até à notificação da conta final da empreitada.

Cláusula 15.ª

(Incumprimento do plano de trabalhos)

1 - Se o empreiteiro não der cumprimento ao plano de trabalhos por si próprio apresentado ou que lhe haja sido notificado nos termos das cláusulas que antecedem, o dono da obra poderá requerer a posse administrativa das obras, bem como dos materiais, edificações, estaleiros, ferramentas, máquinas e veículos nela existentes, encarregando pessoa idónea da gerência e administração da empreitada por conta do empreiteiro e procedendo aos inventários, medições e avaliações necessários.

2 – Sem prejuízo do número anterior, em caso de mora ou de incumprimento definitivo de todo ou parte dos trabalhos de execução da obra, o dono da obra poderá requerer a posse

administrativa das obras, em parte ou no seu todo, nos termos do n.º 1, a fim de promover a execução dos trabalhos em atraso, sem resolução do contrato de empreitada.

Cláusula 16.ª

(Atos e direitos de terceiros)

1 - Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.

2 – Excluem-se do disposto no número anterior as eventuais perturbações que resultem da circunstância referida no n.º 2 da cláusula 6.º, por força do previsto no número 2 da cláusula 7.ª

3 - No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

Secção III - Condições de Execução da Empreitada

Cláusula 17.ª

(Condições gerais de execução dos trabalhos)

1 - A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas.

2 – Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 2.ª.

3 - O empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra.

Cláusula 18.ª

(Menções obrigatórias no local dos trabalhos)

1.- Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, com menção do respetivo alvará ou número de título de registo ou dos

documentos a que se refere a alínea a) do n.º 5 do artigo 81.º do *Código dos Contratos Públicos*, e manter cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados ou dos documentos previstos na referida alínea, consoante os casos.

2.- O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do clausulado contratual e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.

3.- O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.

4.- Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

Cláusula 19.ª

(Ensaios)

1.- Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no caderno de encargos e os previstos nos regulamentos em vigor e constituem encargo do empreiteiro.

2.- Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios que se justifiquem, para além dos previstos.

3.- No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do dono da obra.

Cláusula 20.ª

(Medições)

1.- As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projeto e os trabalhos não devidamente ordenados pelo dono da obra são feitas no local da obra com a colaboração do empreiteiro e são formalizados em auto.

2.- As medições são efetuadas com a periodicidade prevista no caderno de encargos.

3.– Os métodos e os critérios a adotar para a realização das medições respeitam a seguinte ordem de prioridades:

a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
b) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
c) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o dono da obra e o empreiteiro.

Cláusula 21.ª

(Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados)

1 - Salvo no que respeite a materiais e elementos de construção que sejam fornecidos pelo dono da obra correm inteiramente por conta do empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.

2.- Do mesmo modo são da responsabilidade do empreiteiro a obtenção de todas as licenças indispensáveis à execução dos trabalhos, designadamente a licença especial de ruído.

3 - No caso de o dono da obra ser demandado por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados nos números anteriores, o empreiteiro indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 22.ª

(Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra)

1 - O dono da obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.

2 - Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o diretor de fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução do contrato ou outros prejuízos.

3 - Quando o empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua reclamação no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.

4 - No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354.º do *Código dos Contratos Públicos*, a efetuar nos seguintes termos:

a) Prorrogação do prazo do contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra, e
b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do contrato que demonstre ter sofrido.

Cláusula 23.ª

(Outros encargos do empreiteiro)

1 - Correm inteiramente por conta do empreiteiro a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à receção definitiva dos trabalhos em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do empreiteiro ou dos seus subempreiteiros e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos.

2 - Constituem ainda encargos do empreiteiro a celebração dos contratos de seguros indicados no presente caderno de encargos, a constituição das cauções exigidas no programa do procedimento, quando exigíveis, e as despesas inerentes à celebração do contrato.

Cláusula 24.ª

(Custos de fiscalização)

1 – Quando o empreiteiro, por sua iniciativa e sem que tal se encontre previsto neste caderno de encargos ou resulte de caso de força maior, proceda à execução de trabalhos fora das horas regulamentares ou por turnos, o dono de obra exigir-lhe-á o pagamento dos acréscimos de custos de horas suplementares de serviço a prestar pelos representantes da fiscalização.

2 - Verificando-se incumprimento, pelo empreiteiro, dos prazos contratualmente acordados para a execução da empreitada, por causa que lhe seja imputável, fica aquele obrigado a ressarcir o dono de obra pelos prejuízos por este sofridos, decorrentes dos encargos a suportar com os serviços complementares de fiscalização até à conclusão da obra.

3 - A indemnização a que se reporta o normativo anterior pré-liquida-se, desde já, no montante correspondente ao valor faturado pela fiscalização por força da execução dos correlativos serviços complementares.

4 - Para o efeito previsto nos normativos anteriores, o crédito do dono de obra será satisfeito pela retenção das quantias devidas nos pagamentos a realizar ao empreiteiro, procedendo-se à dedução da correspondente quantia dos pagamentos a efetuar, ou por recurso à caução e sempre sem prejuízo do recurso ao instituto da compensação, nos termos do disposto no artigo 848.º do Código Civil.

5 - Caso pretenda ampliar os serviços de trabalho, o empreiteiro deve apresentar proposta com novo horário de trabalho, para apreciação do dono de obra.

6 - Compete também ao empreiteiro suportar os custos de fiscalização para acompanhamento dos trabalhos de correção de deficiências ou trabalhos em falta, após a vistoria para efeitos de receção provisória e durante o período de garantia.

Secção IV - Pessoal

Cláusula 25.ª

(Obrigações gerais)

1 - São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.

2 - O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.

3 - A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.

4 - As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

Cláusula 26.º

(Horário de trabalho)

1.- O empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, o comunique ao dono da obra e obtenha deste autorização e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao diretor de fiscalização da obra, sendo aplicável, com as devidas adaptações, o previsto na cláusula 26.º.

2.- A execução de trabalhos fora do horário de trabalho em incumprimento do estabelecido no número anterior, determina a possibilidade de o dono da obra aplicar ao empreiteiro uma sanção contratual no valor de € 1.000,00 (mil euros), sem prejuízo da prerrogativa do dono da obra determinar a destruição e repetição dos trabalhos executados caso não consiga aferir se os mesmos foram executados de acordo com o projeto de execução e em conformidade com as regras da arte.

Cláusula 27.ª

(Segurança, higiene e saúde no trabalho)

1 - O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.

2 - O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.

3 - No caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor de fiscalização da obra pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do empreiteiro.

4 - Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor de fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no n.º 1 da cláusula 30.ª.

5 - O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o diretor de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

Secção V – Seguros

Cláusula 28.ª
(Contratos de seguro)

1.- O empreiteiro deverá, com a celebração do contrato de empreitada, contratar e manter em vigor os seguros necessários e adequados a garantir uma efetiva e compreensiva cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades integradas no objeto do contrato de empreitada.

2.- Para além de outros exigidos por lei em vigor à data da celebração do contrato de empreitada, ou imposto por lei sucessiva, o empreiteiro contratará e manterá, à sua custa e sem franquia, desde a data da consignação e até à receção provisória total da obra, os seguros seguintes:

a) Seguro de responsabilidade civil que garanta, perante o dono da obra, as responsabilidades associadas à elaboração de projetos, nos termos previstos no artigo 24.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho;
b) Seguro de acidentes de trabalho, abrangendo todos os trabalhadores, do empreiteiro ou de qualquer subcontratado, considerando para aquele efeito todas as pessoas vinculadas por contrato de trabalho ou equiparado, praticantes, aprendizes, estagiários e demais situações de formação profissional, bem como aqueles que, considerando-se na dependência económica do empreiteiro ou subempreiteiros, prestem, isoladamente ou em conjunto, serviços.

3.- O dono da obra e os seus representantes deverão ser indicados como segurados nas apólices de seguro identificadas no número anterior, devendo o cancelamento, suspensão, modificação ou substituição de quaisquer apólices ser previamente aprovados pelo dono da obra.

4.- O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias das apólices de seguro identificadas no n.º 2 do presente artigo, bem como comprovativo da realização do respetivo pagamento.

5.- Os seguros previstos no presente caderno de encargos constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro ou dos seus eventuais subcontratados, em nada, porém, diminuindo ou restringindo as obrigações e as responsabilidades, legais e contratuais, do empreiteiro perante o dono obra e perante terceiros.

6.- Caso o empreiteiro, devidamente interpelado para cumprimento do disposto no n.º 4, não apresente elementos que comprovem o cumprimento integral das obrigações prescritas no n.º 2 do presente artigo, poderá o dono da obra ordenar, com tal fundamento e nos termos do artigo 365.º do *Código dos Contratos Públicos*, a suspensão da execução dos trabalhos ou, alternativamente, aplicar uma sanção contratual pecuniária diária, em valor correspondente a 0,5 (por mil) do preço contratual até efetivo cumprimento da obrigação imposta.

7.- O retardamento da consignação da obra, a sua suspensão ou o atraso na execução da obra em virtude o incumprimento, pelo empreiteiro, da obrigação prevista nos números anteriores constitui facto imputável, a título exclusivo, ao empreiteiro, com as consequências previstas no artigo 325.º, n.º 2 do *Código dos Contratos Públicos*.

Cláusula 29.ª

(Outros sinistros)

1 - O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria por si afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros e de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como apresentar comprovativo que os veículos afetos à obras pelos subempreiteiros se encontra segurado.

2 - O empreiteiro obriga-se ainda a celebrar um contrato de seguro relativo aos danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar no estaleiro, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamentos fixos ou móveis, onde devem ser garantidos os riscos de danos próprios.

3 - O capital mínimo seguro pelo contrato referido nos números anterior deve perfazer, no total, um capital seguro que não pode ser inferior ao capital mínimo seguro obrigatório para os riscos de circulação (ramo automóvel).

4 - No caso dos bens imóveis referidos no n.º 2, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respetivo valor patrimonial.

Capítulo IV – Execução das prestações objeto do contrato - Manutenção

Secção I – Serviços de manutenção

Cláusula 30.ª

(Serviços de manutenção preventiva)

1.- A manutenção preventiva dos sistemas objeto do contrato comporta a execução de todas as ações previstas neste caderno de encargos e conforme adjudicação do contraente público, consubstanciando a realização de tarefas gerais em todas as UPAC instaladas, bem como tarefas específicas determinadas em função dos equipamentos objeto da manutenção e das condições técnicas previstas pelo fabricante dos equipamentos e pela legislação e normas em vigor.

2.- O cocontratante deve realizar os trabalhos de manutenção de caracter preventivo que apresentam no **ANEXO A** algumas das tarefas mínimas de rotina a desenvolver, em periodicidade adequada aos regimes de serviço contratados (visita de manutenção mínima de uma vez por ano).

Secção II – Obras de manutenção e beneficiação

Cláusula 31.ª

(Obras de manutenção e beneficiação das instalações)

1.- Consideram-se obras de manutenção aquelas que estão diretamente relacionadas com a reparação ou substituição de componentes das instalações que inicialmente faziam parte da instalação inicial e que não estão abrangidas ao abrigo de garantia.

2.- Consideram-se obras de beneficiação todas as que têm em vista melhorar as caraterísticas iniciais dos equipamentos, as obras de manutenção não abrangidas no número anterior, e as determinadas por defeitos de construção, caso fortuito ou de força maior.

3.- As obras de manutenção e beneficiação a executar ao abrigo do contrato de manutenção serão adjudicadas ao cocontratante ao abrigo do direto de opção prevista no n.º 5 da cláusula 1.ª do presente Caderno de Encargos.

4.- Cada empreitada para a execução de obra de manutenção poderá compreender a execução de apenas um tipo de trabalhos constante do mapa de trabalhos e quantidades ou uma multiplicidade deles num mesmo local ou em locais distintos.

Cláusula 32.ª

(Procedimento de adjudicação)

1.- Identificada a necessidade de obras de manutenção ou de beneficiação nos termos do número anterior, o contraente público notificará, por correio eletrónico, o cocontratante do contrato

de manutenção, da adjudicação da empreitada, notificação essa que compreenderá os elementos seguintes, quando aplicáveis:

a) A identificação do contraente público e do empreiteiro cocontratante;
b) A indicação do ato de adjudicação e da aprovação da respetiva notificação; que, para todos os efeitos, consubstanciará o título contratual;
c) A descrição do objeto do contrato;
d) O preço contratual, que resultará da aplicação dos preços unitários por tipologia de mão-de-obra mobilizada ao número de horas consumidas na realização da prestação;
e) O prazo de execução da obra, a definir entre as entidades desde que garantido o cumprimento dos níveis de serviço contratualmente definidos;
f) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao contrato, a realizar no ano económico da celebração do mesmo ou, no caso de tal despesa se realizar em mais de um ano económico, a indicação da disposição legal habilitante ou do plano plurianual legalmente aprovado de que o contrato em causa constitui execução ou ainda do instrumento, legalmente previsto, que autoriza aquela repartição da despesa;
g) A referência aos documentos de habilitação que devem ser apresentados pelo empreiteiro adjudicatário e o prazo máximo se for o caso;
h) A consignação da obra;
i) O projeto de execução e demais elementos constantes do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos, salvo se houver lugar à aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 42.º daquele Código.

2.- A notificação a que alude o número anterior corresponderá ao exercício do direito de opção previsto no n.º 5 da Cláusula 1.ª do presente caderno de encargos e, portanto, à conclusão do contrato destinado à reparação.

3.- As notificações referidas no n.º 1 consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição, cabendo ao empreiteiro assegurar a operacionalidade e capacidade do seu sistema, de molde a assegurar as comunicações eletrónicos previstas.

4.- A notificação a que se refere o n.º 1 constituirá, para todos os efeitos, o instrumento contratual caso se verifique a hipótese prevista no artigo 95.º, n.º 1, d) do *Código dos Contratos Públicos.*

5.- Verificando-se a necessidade de proceder a uma intervenção, nos termos previstos na cláusula 31.º sem que exista preço unitário contratualmente definido, cumprir-se-á o procedimento seguinte:

a) Deve o adjudicatário, interpelado pelo contraente público, apresentar uma proposta de preço com especificações técnicas no prazo máximo de 5 (cinco) dias de calendário;

b) O contraente público disporá do prazo de 5 (cinco) dias úteis para se pronunciar sobre a proposta apresentada, podendo, em caso de recusa expressa ou tácita, apresentar um contraproposta;

c) Se e enquanto não houver acordo sobre o preço apresentado, os trabalhos serão obrigatoriamente executados e pagos com base na contraproposta do contraente público, fazendo-se, se for caso disso, a correspondente correção, acrescida, no que respeita aos preços, dos juros de mora, logo que haja acordo ou determinação judicial ou arbitral sobre a matéria.

6.- Para efeitos do disposto nos números anteriores, as propostas e contrapropostas deverão estar suportadas em evidências e comprovativos que atestam que as soluções apresentadas representam preços de mercado.

Cláusula 33.ª

(Celebração do contrato)

1.- Salvo se verificadas as hipóteses previstas nos n.ºs 4 e 5 do artigo anterior, no prazo máximo de cinco dias de calendário contado da data da receção da notificação prevista no artigo anterior, o empreiteiro adjudicatário comparecerá na sede do contraente público para outorgar o contrato de empreitada.

2.- Até à data da outorga do contrato de empreitada, o empreiteiro depositará na sede do contraente público o plano de trabalhos e o plano de pagamentos ajustados à obra.

Secção III – Alargamento e suprimento do objeto do contrato

Cláusula 34.ª

(Exercício do direito de opção relativo ao objeto do contrato)

1.- Com a celebração do contrato, o cocontratante atribuirá ao contraente público, o direito de, ao longo do prazo de vigência do contrato, suprimir ou adicionar edifícios e/ou equipamentos àqueles ou daqueles que se encontram identificados no objeto deste caderno de encargos.

2.- O contraente público, exercerá o direito previsto no número 1 a todo o tempo, mediante comunicação ao cocontratante, por escrito, identificando especificamente o equipamento a adicionar ou a retirar, consoante o caso.

3.- A alteração determinada no número anterior entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua notificação ao adjudicatário.

Cláusula 35.ª

(Limite ao exercício do direito de opção)

1.- O contraente público poderá, livremente e sem qualquer penalização nem que tal importe qualquer indemnização para o cocontratante, exercer o direito de opção de equipamento

vertido na cláusula anterior, na modalidade de supressão de equipamentos a manter, até ao limite de 20% do preço contratual.

2.- Para apuramento do valor percentual identificado no número anterior serão contabilizadas todas as opções exercidas pelo contraente público.

3.- Se no termo do contrato por força do exercício do direito de supressão, previsto nas cláusulas anteriores, o cocontratante vier a realizar prestações contratualmente de valor total inferior em 20% do preço contratual terá direito a uma indemnização correspondente a 10% da diferença verificada.

Capítulo V - Representação das Partes e Controlo da Execução do Contrato

Cláusula 36.ª
(Preço e condições de pagamento)

1.- O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar por todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar é de **€ 945.000,00 (novecentos e quarenta e cinco mil euros)**.

2.- Constituem parâmetros base, para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 42.º do *Código dos contratos Públicos*, os preços e valores a seguir indicados:

a) O preço máximo que pode ser proposto para a construção da totalidade da instalação é o de **€ 815 615,00 (oitocentos e quinze mil seiscentos e quinze euros)**;
b) O preço máximo que pode ser proposto para o cumprimento do plano de Monitorização, Operação e Manutenção para 10 anos é **€ 89.385,00 (noventa e nove mil trezentos e oitenta e cinco euros);**
c) Os preços máximos que podem ser propostos, por instalação, para a respetiva construção e manutenção, são os seguintes:

Nº	Local	Potência instalada mínima	Preço máximo que pode ser proposto para a construção por instalação	Preço máximo que pode ser proposto para a manutenção por instalação
1	Batalhão dos Bombeiros Sapadores	189,40 kW	124 967,07 €	15 508,00 €
2	Domus Social – Oficinas Gerais	264,74 kW	172 535,49 €	21 678,00 €
3	Polícia Municipal	13,64 kW	15 705,52 €	1 396,00 €
4	EB Alegria	17,05 kW	18 557,49 €	1 745,00 €
5	EB Augusto Lessa	35,96 kW	30 939,63 €	3 681,00 €
6	EB Bom Pastor	22,63 kW	21 372,96 €	2 316,00 €

7	EB Castelos	17,05 kW	19 008,11 €	1 745,00 €
8	EB Constituição	8,99 kW	12 918,17 €	1 131,00 €
9	EB Costa Cabral	22,94 kW	21 461,44 €	2 348,00 €
10	EB Fernão Magalhães	22,32 kW	20 255,27 €	2 285,00 €
11	EB Fontinha	16,74 kW	17 911,73 €	1 713,00 €
12	EB Paulo da Gama	22,63 kW	20 171,32 €	2 316,00 €
13	EB S. João da Foz	17,05 kW	18 443,84 €	1 745,00 €
14	EB S. Tomé	22,94 kW	22 343,26 €	2 348,00 €
15	EB Torrinha	34,10 kW	29 583,22 €	3 490,00 €
16	EB Corujeira	17,67 kW	18 634,14 €	1 809,00 €
17	EB Falcão	16,74 kW	18 252,09 €	1 713,00 €
18	EB Fonte da Moura	22,63 kW	22 113,26 €	2 316,00 €
19	EB Lomba	13,95 kW	16 160,01 €	1 428,00 €
20	EB Viso	17,05 kW	18 203,75 €	1 745,00 €
21	EB Bom Sucesso	18,00 kW	19 586,02 €	1 842,00 €
22	EB Campinas	18,00 kW	18 455,02 €	1 842,00 €
23	EB Condominhas	13,00 kW	15 192,17 €	1 382,00 €
24	EB Monte Aventino	14,00 kW	16 043,71 €	1 433,00 €
25	EB Vilarinha	14,00 kW	15 694,02 €	1 433,00 €
26	EB Miosótis	17,05 kW	18 023,24 €	1 745,00 €
27	EB Pasteleira	13,95 kW	15 624,09 €	1 428,00 €
28	EB Covelo	17,36 kW	17 651,72 €	1 777,00 €
29	Viveiros Municipais	20,00 kW	19 807,26 €	2 047,00 €
		961,58 kW	**815 615,00 €**	**89.385,50 €**

3.- O preço base para a manutenção das instalações pelo prazo de 10 anos será pago anualmente pela entidade adjudicante ao adjudicatário, resultando o valor de cada prestação da respetiva divisão do valor pelo número de anos do respetivo Plano Monitorização, Operação e Manutenção, assegurando-se que a garantia da instalação, incluindo os equipamentos que dela fazem parte, terá de ser igual a 10 anos, conforme se prescreve no artigo 5.º.

4.- A violação dos parâmetros base indicados nos números anteriores implica a consequência prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*.

5.- O preço máximo que pode vir a ser pago pelos serviços (eventuais) de Manutenção Corretiva – Obras de manutenção e beneficiação, materializados por contratos de opção de empreitadas de obras públicas, é de **€ 40.000,00**, estando fixados os seguintes preços unitários para mão-de-obra:

a) Mão-de-obra com qualificação adequada (Técnico Principal): **€ 35,00/ hora**;

b) Mão-de-obra com qualificação adequada (Ajudante): **€ 20,00/ hora**;

6.- Os preços unitários/hora indicados no número anterior incluem a mobilização de todos os meios humanos (mão-de-obra com qualificação adequada) e materiais (designadamente, veículos, combustível e equipamento) necessários à execução dos trabalhos de correção.

7.- O IVA será liquidado nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 2.º do Código do IVA.

8.- Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 22.ª.

9.- Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a apresentação da respetiva fatura.

10.- As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo diretor de fiscalização da obra.

11.- Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à realização completa daqueles.

12.- No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.

13.- O pagamento dos trabalhos complementares, quando devidos, é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do *Código dos Contratos Públicos*.

14.- O empreiteiro, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 97.º do *Código dos Contratos Públicos*, será remunerado pelas prestações contratuais que executar, não estando ali compreendido o pagamento de quaisquer trabalhos que, apesar de previstos nas medições, não tenham sido efetivamente executados.

15.- No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos,* a emitir faturas eletrónicas.

Cláusula 37.ª

(Adiantamentos ao empreiteiro)

O dono da obra não efetuará adiantamentos de preço por conta das prestações a realizar ou de atos preparatórios ou acessórios das mesmas, salvo havendo fundamento de modificação do contrato que justifique uma alteração de tal regime e no quadro dos limites previstos para essa modificação no *Código dos Contratos Públicos*.

Cláusula 38.ª

(Descontos nos pagamentos)

1 - Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o empreiteiro tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a 5% desse pagamento.

2 - O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos no programa do procedimento para a caução referida no número anterior.

Cláusula 39.ª

(Mora no pagamento)

Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, pelo período correspondente à mora, calculados à taxa de juro fixada no n.º 2 do artigo 806.º do Código Civil para o incumprimento das obrigações civis.

Cláusula 40.ª

(Revisão de preços)

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula.

2 - A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: F20.

3 - Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.

4 – Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais.

5 – A revisão de preços para a componente “Manutenção para 10 anos de contrato” obedece à seguinte fórmula: F20

Capítulo VI - Representação das Partes e Controlo da Execução do Contrato

Cláusula 41.ª

(Representação do empreiteiro)

1 - Durante a execução do contrato, o empreiteiro é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2 - O empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação a um técnico com a seguinte qualificação mínima: Engenheiro eletrotécnico ou Engenheiro Técnico de Energia e Sistema de Potencia.

3 - Após a assinatura do contrato e antes da consignação, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do diretor de obra, indicando a sua qualificação técnica e ainda se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.

4 - As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra.

5 - O diretor de obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.

6 - O dono da obra poderá impor a substituição do diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.

7 - Na ausência ou impedimento do diretor de obra, o empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.

8 - O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho.

Cláusula 42.ª

(Representação do dono da obra)

1 - Durante a execução o dono da obra é representado por um diretor de fiscalização da obra, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2.- O dono da obra designará um seu colaborador como gestor do contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º - A do *Código dos Contratos Públicos*, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, ficando reservado ao órgão decisor do contraente público a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitantes à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato.

3 - O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.

4 - O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do contrato, e ainda quanto aos seguintes atos:

a) Deferimento de pretensões de modificação do plano de trabalhos;
b) Deferimento de pretensões de prorrogações de prazos de execução;
c) Deferimento de pretensões de reposição do equilíbrio económico-financeiro do contrato;
d) Imposição de trabalhos a mais e aprovação dos respetivos preços, bem a supressão de trabalhos contratuais;
e) Aceitação ou rejeição de trabalhos de suprimento de erros ou omissões do caderno de encargos;
f) Qualquer decisão que envolva a realização de despesa adicional pelo dono da obra;

5 - As comunicações do representante designado diretamente pelo dono da obra vinculam este no que respeita às matérias identificadas no número anterior.

Cláusula 43.ª

(Livro de registo da obra)

1 - O empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.

2 - Os fatos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, os referidos no n.º 3 do artigo 304.º e no n.º 3 do artigo 305.º do *Código dos Contratos Públicos*.

3 - O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor de fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

Capítulo VII - Receção e Liquidação da Obra

Cláusula 44.ª

(Receção provisória)

1 - A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja toda concluída, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total de execução da obra.

2 - Fica expressamente excluída a receção provisória de partes da obra, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 395.º do *Código dos Contratos Públicos*.

3 – O empreiteiro deverá instruir o seu pedido de vistoria com a apresentação ao dono da obra dos elementos seguintes:

a) Telas finais;

b) Manual de manutenção;

4 – A falta na apresentação pelo empreiteiro dos elementos referenciados no número anterior habilita o dono da obra a considerar não estarem cumpridas todas as obrigações contratuais, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 2 do artigo 394.º do *Código dos Contratos Públicos*.

5 – Em caso de incumprimento pelo empreiteiro de apresentação dos documentos mencionados no n.º 2 do presente artigo, depois de notificado expressamente para o efeito, poderá o dono da obra, em alternativa:

a) Aplicar uma multa contratual no montante de € 1.000,00;

b) Encomendar a terceiro a sua execução, para tanto retendo dos pagamentos o montante necessário ao seu pagamento ou executando a caução prestada.

6 - Atenta a especificidade da obra, ficará contratualmente excluída a receção provisória parcial da obra, nos termos do n.º 3 do artigo 395.º do *Código dos Contratos Públicos*[i].

7 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, no termo de cada um do(s) prazo (s) parciais (vinculativos) previstos no presente caderno de encargos será realizada uma vistoria, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, que terá somente por efeito determinar se os respetivos trabalhos se encontram concluídos de forma perfeita e tempestiva.

8 – O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do *Código dos Contratos Públicos*.

9 – Com a receção provisoria integral, iniciar-se-á imediata e automaticamente o período de operação e manutenção, entrando em vigor as garantias previstas na cláusula 1.ª do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 45.ª

(Receção definitiva)

1 – No final do prazo de garantia será realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.

2 - Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.

3 - A receção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;

b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.

4 - No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.

Cláusula 46.ª

(Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução)

A caução será liberada nos termos legalmente previstos por consideração da natureza mista das prestações.

Capítulo VIII - Disposições Finais

Cláusula 47.ª

(Deveres de informação)

1 - Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com as regras gerais da boa fé.

2 - Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

3 - No prazo de 10 (dez) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 48.ª

(Subcontratação)

1 – O empreiteiro pode subcontratar as entidades identificadas na proposta adjudicada, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do *Código dos Contratos Públicos*.

2 – O dono da obra apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 383.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato.

3 - Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do *Código dos Contratos Públicos*, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.

4 - O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.

5 - O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.

6 - No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do *Código dos Contratos Públicos*, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.

7 - A responsabilidade pelo exacto e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.

Cláusula 49.ª

(Cessão da posição contratual)

1 - A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código.

2 - A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização do dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais.

3 - O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade.

4 - Caso o dono da obra não emita autorização prévia escrita para a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida.

5 - A cessão de posição contratual pelo contraente público produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Cláusula 50ª

(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)

1.- O contrato consagrará a prerrogativa de autoridade do dono da obra, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do *Código dos Contratos Públicos*, de impor ao empreiteiro a cessão, por este, da sua posição no contrato, em caso de incumprimento, por este, das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato.

2.- A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este.

Cláusula 51.ª

(Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais)

1.- O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo contraente público ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.

2.- Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do contraente público.

3.- O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra.

4.- No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo contraente público a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

5.- O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na ***Lei da Proteção de Dados Pessoais*** (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP), e na demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal

obrigação constar dos contratos escritos que o prestador de serviços celebre com outras entidades por si subcontratadas.

6.- O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:

a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;
b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mêsmos dados pessoais;
d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o contraente público informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

7.- O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

8.- Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador.

9.- A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

Cláusula 52.ª

(Cessão de créditos)

O empreiteiro não pode ceder ou dar como garantia o contrato de empreitada ou qualquer dos direitos ou obrigações nele estipulados, designadamente, totalidade ou parte dos créditos emergentes do contrato sem prévio acordo escrito do dono de obra, nos termos do disposto no artigo 577.º e seguintes do Código Civil.

Cláusula 53.ª

(Resolução do contrato pelo dono da obra)

1 - Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o dono da obra pode resolver o contrato nos seguintes casos:

a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao empreiteiro;
b) Incumprimento, por parte do empreiteiro, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
c) Oposição reiterada do empreiteiro ao exercício dos poderes de fiscalização do dono da obra;
d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo empreiteiro da manutenção das obrigações assumidas pelo dono da obra contrarie o princípio da boa-fé;
e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do *Código dos Contratos Públicos*;
f) Incumprimento pelo empreiteiro de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
g) Não renovação do valor da caução pelo empreiteiro, nos casos em que a tal esteja obrigado;
h) O empreiteiro se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
i) Se o empreiteiro, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;
j) Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo dono da obra, o empreiteiro não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo dono da obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo dono da obra;

k) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao empreiteiro que seja superior a 1/20 do prazo de execução da obra;

l) Se o empreiteiro não der início à execução dos trabalhos a mais decorridos 15 dias da notificação da decisão do dono da obra que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;

m) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo dono da obra por facto imputável ao empreiteiro ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º do *Código dos Contratos Públicos*, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;

n) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do *Código dos Contratos Públicos*;

o) Se não foram corrigidos os defeitos detetados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do *Código dos Contratos Públicos*;

2 - Nos casos previstos nas alíneas b) a o) do número anterior, havendo lugar a responsabilidade do empreiteiro, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do dono da obra poder executar as garantias prestadas.

3 - A resolução sancionatória do contrato de empreitada, pelo incumprimento definitivo do mesmo pelo empreiteiro, constitui o dono da obra no direito a uma indemnização pelos prejuízos sofridos pelo inadimplemento da contraparte, indemnização essa que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 810.º do Código Civil, se fixa no montante correspondente a 10% do preço contratual.

4 - O disposto no número precedente não obsta a que o dono da obra exija indemnização pelo dano excedente à pré-liquidação ali concretizada.

5 - O dono da obra, pode, a todo o tempo, nos termos do disposto no artigo 334.º do *Código dos Contratos Públicos* proceder à resolução do contrato por razões de interesse público de que dará conhecimento ao empreiteiro.

6 - Na hipótese prevista no número anterior, o dono da obra, indemnizará o empreiteiro pelos danos emergentes e lucros cessantes no montante que se pré-liquida em 10% do valor das prestações contratuais por executar.

7 - A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao empreiteiro o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respectiva importância, calculados nos termos da cláusula 35.º.

Cláusula 54.ª

(Resolução do contrato pelo empreiteiro)

1 - Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o empreiteiro pode resolver o contrato nos seguintes casos:

a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao dono da obra;
c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo dono da obra por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do dono da obra, quando tornem contrária à boa fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
e) Incumprimento pelo dono da obra de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
f) Se não for feita consignação da obra no prazo de seis meses contados da data da celebração do contrato por facto não imputável ao empreiteiro;
g) Se, havendo sido feitas uma ou mais consignações parciais, o retardamento da consignação ou consignações subsequentes acarretar a interrupção dos trabalhos por mais de 120 dias, seguidos ou interpolados;
h) Se, avaliados os trabalhos a mais, os trabalhos de suprimento de erros e omissões e os trabalhos a menos, relativos ao contrato e resultantes de atos ou factos não imputáveis ao empreiteiro, ocorrer uma redução superior a 20% do preço contratual;
i) Se a suspensão da empreitada se mantiver:
    i. Por período superior a um quinto do prazo de execução da obra, quando resulte de caso de força maior;
    ii. Por período superior a um décimo do mesmo prazo, quando resulte de facto imputável ao dono da obra;
j) Se, verificando-se os pressupostos do artigo 354.º do *Código dos Contratos Públicos*, os danos do empreiteiro excederem 20% do preço contratual.

2 - No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do empreiteiro ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

3 - O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

4 - Nos casos previstos na alínea *c)* do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao dono da obra, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa

declaração, salvo se o dono da obra cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 55.ª

(Foro competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 56.ª

(Comunicações e notificações)

1.- As notificações, informações e comunicações a realizar ao abrigo do contrato devem ser efetuadas com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.

2.- As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos.

3.- As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.

4.- Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido.

5.- As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores e que tenham como destinatário o contraente público, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

Cláusula 57.º

(Legislação aplicável)

Em tudo o omisso no presente programa de concurso, observar-se-á o regime do *Código dos Contratos Públicos* e restante legislação aplicável.

Cláusula 58.ª

(Contagem dos prazos)

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 59.ª

(Produção de efeitos)

1.- O contrato de empreitada que vier a ser celebrado, uma vez outorgado, entrará em vigor na data da sua assinatura, produzindo todos os efeitos antes da obtenção da declaração de conformidade ou do visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos do disposto na Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as alterações que lhe sucederam, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2.- A obrigação de pagamento dos trabalhos executados no âmbito do contrato de empreitada celebrado ficará suspensa entre a data da outorga do contrato e a data da notificação à entidade adjudicante da declaração de conformidade ou do visto prévio do Tribunal de Contas, ou da sua eventual recusa.

3.- Caso venha a ser recusado o visto pelo Tribunal de Contas, serão pagos, ao adjudicatário, todos os trabalhos, entretanto por este executados, desde que o respetivo valor não ultrapasse a programação contratualmente estabelecida para aquele período.

4.- O prazo de pagamento dos trabalhos executados nos termos do n.º 1 do presente artigo é o fixado no caderno de encargos.